



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0012967-52.2024.6.05.8000  
**INTERESSADO** : ASSESSORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ZONAS ELEITORAIS E ATENÇÃO AO USUÁRIO  
**ASSUNTO** : Análise de regularidade da licitação

**PARECER nº 5 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para *contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente III, Atendente IV (Libras), Telefonista, Telefonista Bilíngue (Libras), Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público (CAP), no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor (NAVE) e na Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90040/2024 (doc. n.º 2995980).

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão inicial que autorizou a abertura da licitação (doc. n.º 2985980).

Houve designação de Pregoeiro e equipe de apoio (doc. n.º 2991034), nomeados por meio da Portaria n.º 829/2022 (doc. n.º 2995984).

O edital foi publicado no sistema Portal de Compras, no DOU e em jornal de grande circulação (docs. n.ºs 2995987, 2995993 e 2996997).

Verifica-se a formulação de pedido de esclarecimento ao edital, devidamente respondido e publicado, conforme documento n.º 3023732.

Foram apresentados pedidos de impugnação ao instrumento convocatório (docs. n.ºs 3014323 e 3014348), os quais foram julgados pela Autoridade Administrativa competente (doc. n.º 3020679), com lastro no Parecer n.º 507/2024 da ASJUR1 (doc. n.º 3018985). No documento n.º 3023733, consta comprovação de publicidade da decisão que julgou as impugnações.

Aberta a sessão pública, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade da proposta e dos documentos de habilitação da empresa melhor classificada.

As empresas LAMIL SERVICOS LTDA e SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA BA, classificadas para o 1.º e 2.º lugar, respectivamente, foram

desclassificadas do certame, por não demonstraram o atendimento às exigências do edital, como registrado nas mensagens do *chat* do Termo de Julgamento (doc. n.º 3179365), e no Relatório Final do Pregão (doc. n.º 3182531).

Ato contínuo, procedeu-se à convocação da empresa RD-TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA. Realizada a análise dos documentos de habilitação, conforme detalhadamente descrito no Relatório elaborado pelo Pregoeiro (doc. n.º 3182531), a referida licitante foi declarada vencedora do certame.

Foram anexados aos autos a planilha de Preços enviada pela empresa declarada vencedora (doc. n.º 3150776), documentos de habilitação e qualificação técnica exigidos em edital, os quais demonstram a regularidade da licitante e ausência de impedimento de licitar (doc. n.º 3179176).

Após realização do procedimento, houve interposição de recurso pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA (doc. n.º 3179183), contra a decisão que a inabilitou do certame, bem como de respectivas contrarrazões pela empresa declarada vencedora (doc. n.º 3179188).

Mediante documento n.º 3179323, o Pregoeiro manifestou-se pela improcedência do recurso.

Na sequência, os autos foram encaminhados ao exame da ASJUR1, que através do Parecer n.º 5/2025 (doc. n.º 3183252), igualmente opinou pela improcedência do recurso.

Assim, com lastro no referido parecer jurídico, o procedimento poderá ser submetido à apreciação do Sr. Diretor-Geral, recomendando-se o indeferimento do recurso e manutenção da decisão do Pregoeiro.

Por meio do documento n.º 3190700, foram anexadas as certidões atualizadas de FGTS e Negativa de Falência da empresa declarada vencedora.

Desse modo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento do recurso, adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

*Maria Regina Ribeiro Santana*

Assessora Especial do Diretor-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 13/01/2025, às 09:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3190702** e o código CRC **8463D391**.

---

0012967-52.2024.6.05.8000

3190702v24



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0012967-52.2024.6.05.8000  
**INTERESSADO** : ASSESSORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO ÀS ZONAS ELEITORAIS E ATENÇÃO AO USUÁRIO  
**ASSUNTO** : Julga recurso e homologa Pregão **90040/2024**.

**DECISÃO nº 3190704 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para *contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente III, Atendente IV (Libras), Telefonista, Telefonista Bilíngue (Libras), Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público (CAP), no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor (NAVE) e na Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90040/2024 (doc. n.º 2995980).

2. Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa LAMIL SERVICOS LTDA. (doc. n.º 3179183), contra a decisão do Pregoeiro que a inabilitou do certame, bem como de contrarrazões pela empresa declarada vencedora (doc. n.º 3179188).

3. Após análise das peças recursais, o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso (doc. n.º 3179323).

4. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), corroborou o entendimento do Pregoeiro, conforme trecho do Parecer n.º 5/2025 (doc. n.º 3190702):

[...]

6. Decerto, nos termos postos na lei (art.69, Lei 14133/2021) a habilitação econômico-financeira se presta a "*demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital*".

6.1. Temos, então, que a capacidade econômico-financeira "é o *fôlego financeiro do licitante para sustentar os custos da contratação*" e **deverá ser comprovada de forma objetiva**, nos termos previamente indicados no ato convocatório. *In casu*, seguindo a nova lei de licitações, o edital do Pregão Eletrônico

90040/2024 trouxe:

"12.1.5. Para a Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

b) Balanço Patrimonial relativo aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentado na forma da lei.

b.1) O último exercício social exigível será o do ano imediatamente anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:

b.1.1) 30 de abril, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;

b.1.2) Último dia útil do mês de maio, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de n.os119/2016 e 2293/18).

12.1.5.1. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, deverão comprovar o seguinte:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta da licitante para o período de 12 (doze) meses do ano não eleitoral;

c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta da licitante para o período de 12 (doze) meses do ano não eleitoral.

12.1.5.2. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC).

12.1.5.3. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

12.1.5.4. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais."

6.2. Portanto, a não apresentação dos dados econômico-financeiros na forma acima delineada implicaria, sim, na inabilitação das licitantes, não cabendo ao Pregoeiro uma análise interpretativa e/ou ampliada de dados tão objetivos como esses ora em apreço.

6.3. Ademais, da perfunctória análise da documentação da LAMIL (doc. nº 3121546), não conseguimos vislumbrar informações que denotem formal período de inatividade. A empresa afirma que o Balanço Patrimonial/2022 não traz movimentação financeira, "*por estar a empresa com a suas atividades suspensas*", todavia, objetivamente, não apresentou qualquer documento neste sentido, até mesmo para que eventual mudança pudesse ser suscitada.

7. A essa altura, cabe pontuar que, não raro, nas contratações que envolvem a alocação de mão de obra residente, a Administração tem se deparado com empresas que, em período inferior a doze meses de prestação dos serviços, começam a não honrar com o pagamento de verbas trabalhistas, sociais e previdenciárias, fato que revela a necessidade de, cada vez mais, acautelar-se bastante no quesito *capacidade econômico-financeira* das licitantes.

8. Cumpre salientar, ainda, que a nova lei de licitações inovou neste ponto, exigindo, agora, o balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais (art.69, I), enquanto a lei antiga (Lei nº 8666/93) "*permitia a exigência apenas do balanço patrimonial relativo ao último exercício social, já elaborado e apresentado na forma da Lei*". Para a consultoria Zênite<sup>1</sup>, a mudança pode ter tido como objetivo "*fortalecer um pouco mais os exames de qualificação econômico-financeira, visando a suprimir um pouco da fragilidade evidenciada no regime anterior*".

8.1. É dizer, o legislador preocupou-se em reforçar as exigências que tratam da higidez financeira das empresas, o que corrobora nosso entendimento de não flexibilizar neste aspecto, de não afastar quaisquer uma das objetivas condições traçadas no edital.

9. Ante todo o exposto, **opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA (doc. nº 3179183) contra a decisão proferida pelo Pregoeiro, da qual resultou sua inabilitação no Pregão Eletrônico 90040/2024, mantendo-se, consequentemente, a decisão que habilitou e declarou vencedora, no referido certame, a empresa RD TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI.** (grifos adotados)

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

5. Em face do exposto, lastreado no Parecer n.º 5/2025 da ASJUR1 (doc. n.º 3183252), cujas razões adoto e passam a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedente o recurso** interposto pela empresa LAMIL SERVICOS LTDA., mantendo-se a decisão do Pregoeiro que declarou a empresa RD-TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA. vencedora do certame.

6. No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSESD (doc. n.º 3190702), e a existência de disponibilidade orçamentária para a despesa (doc. n.º 2924542), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa **RD-TERCEIRIZACAO E SERVICOS LTDA., CNPJ 13.476.984/0001-23**, pelo valor total negociado de **R\$2.879.972,89 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos)**, e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º **90040/2024**, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato.

7. Isso posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- à SOF, para emissão de empenho;
- à SGA, para formalização do ajuste; e
- à ASSZE, para acompanhamento e providências em sua área de atuação.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 13/01/2025, às 11:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3190704** e o código CRC **1D968DF6**.

0012967-52.2024.6.05.8000

3190704v21